



DR  
SIC e TVI contestam taxa sobre a receita de publicidade

# DISCÓRDIA SEM FIM À VISTA

**Alexandra Ho**

alexandra.ho@sol.pt

**A Lei do Cinema já foi aprovada, mas as televisões privadas protestam e especialista diz que o diploma «é confuso e mal redigido».**

Quando o secretário de Estado da Cultura, Francisco José Viegas, tomou posse, há quase um ano, o cinema foi uma das pastas que assumiu como prioritária. Por considerar uma matéria urgente, Viegas comprometeu-se a ter a nova lei aprovada até final de 2011 mas, depois, prolongou a data de entrada em vigor do diploma para o fim do primeiro semestre deste ano.

O objectivo não vai ser novamente cumprido, mas por pouco. O documento já foi aprovado, na semana passada, em Conselho de Ministros e, agora, vai ser discutido no Parlamento a 6 de Julho. Mas, depois das críticas de realizadores e produtores ao diploma — que, entre outras coisas, contestavam a ausência dos operadores móveis de 4.ª geração nas contribuições ao Instituto do Cinema e Audiovisual (ICA) —, são agora as televisões privadas a apontar o dedo à nova lei.

O descontentamento prende-se com as contribuições sobre as re-

ceitas de publicidade. Actualmente, a SIC e a TVI financiam o cinema com 4% das suas receitas em publicidade (3,8% para o ICA e 0,8% para a Cinemateca), mas a nova lei prevê uma taxa adicional de 1,5%, que obriga a que este valor seja aplicado em investimento directo, que depois pode ser incluído nas suas programações.

A estação de Carnaxide considera o agravamento «grave e imoral» e a de Queluz «injusto e desajustado». Algo com que Luís Neto Galvão, advogado e especialista em Media e Telecomunicações, é solidário. «No actual contexto económico, em que a publicidade nas televisões se reduziu bastante, não se compreende muito bem este agravamento», menciona, especialmente quando, no que diz respeito à compartici-

pação das televisões por subscrição (Zon, Meo, etc.), isso foi tido em conta. «A proposta inicial era 5 euros por cliente e a lei aprovada desceu para 3,50 euros».

## Passado por resolver

Na opinião de Neto Galvão, a lei aprovada em Conselho de Ministros tem «objectivos meritórios, mas em alguns aspectos é confusa, mal redigida e transporta para o futuro problemas não resolvidos do passado», como o Fundo de Investimento ao Cinema e Audiovisual (FICA).

Criado em 2007 para aumentar o financiamento ao cinema por parte das televisões (privadas e por cabo), o FICA paralisou dois anos depois devido ao incumprimento dos operadores envolvidos, que acumularam uma dívida de milhões.

A antiga ministra Gabriela Canavilhas tentou resolver o impasse sem sucesso, e o actual SEC reagiu sempre a esta questão com o argumento de que a nova lei resolveria a questão. Sobre esta matéria, esclarece o especialista, o novo diploma «prevê um regime de duração transitório que mantém em vigor as obrigações da anterior lei, mas também cria novas. Logo, há uma duplicação de contributos».

**«A nova lei tem objectivos meritórios, mas transporta para o futuro problemas não resolvidos do passado», como o FICA**